



# Anais da Assembléia

Nº 19

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 016.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1.989  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Eduardo Baggio e Raul Lopes.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Acyr Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (33).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Namir Piacentini, Quielse Crisóstomo e Rafael Greca (20). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requero chamada

nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO -(Eduardo Baggio)- Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- 29 (vinte e nove) Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Há quorum para votação. Está aprovada a Ata.

A Mesa, cumprindo dispositivo regimental em decisões de questões de ordem levantadas pelo Deputado Nereu Carlos Massignan e Luiz Alberto Oliveira, vai proceder à leitura da decisão da questão de ordem para que figure de acordo com o Artigo 99, em livro especial, e pede atenção, principalmente do Deputado Nereu Carlos Massignan.

Questão de ordem suscitada pelo Senhor Nereu Carlos Massignan, requerendo fosse anulada a votação da Resolução nº 09/89, em razão de haver o requerente constatado a existência de cédulas marcadas, quando do processo de escrutinação.

## DECISÃO DA QUESTÃO DE ORDEM.

Invocando, por analogia, o disposto pelos Arts. 169 e 171 do Código Eleitoral, indefiro a questão de ordem por ter sido ela suscitada após a proclamação do resultado da votação. Cabia ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, como membro da Comissão Escrutinadora, ter impugnado os votos dados em cédulas marcadas, durante o processo de escrutinação, e não depois de proclamado o resultado. Ademais, as cédulas que se apresentam marcadas não são em número suficiente para alterar o resultado da votação.

## QUESTÃO DE ORDEM

Suscitada pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, indagando do critério a ser adotado na apreciação do veto objeto da Proposição nº 09/89, tendo em vista a diversidade de tratamento que a matéria recebe na Carta Federal de 5 de outubro de 1988, e na Constituição Estadual vigente, de 8 de maio de 1967, com a redação que lhe deu a Emenda nº 3, de 29 de maio de 1971.

## DECISÃO DA QUESTÃO DE ORDEM

De acordo com o disposto pelo Decreto Legislativo nº 281/88, os trabalhos desta Casa, estão sujeitos às normas da nova

Constituição Federal. De consequência, a Proposição nº 09/89, será submetida à votação em conformidade com o que dispõe o § 6º do art. 66, da citada Carta, vale dizer, a votação se fará por escrutínio secreto, e a rejeição do veto dependerá do voto da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Será escrito no livro de questões de ordem.

Sobre a mesa, requerimento do Governador Álvaro Dias; solicita licença a partir de onze a trinta do corrente mês, para assuntos particulares. Os Senhores Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Aprovado.

O Deputado Valderi Mendes Vilela, Requer, com base na Constituição Estadual, Comissão Geral no dia Doze de abril para apreciação do Projeto de Lei 69/89, oriundo de Mensagem Governamental que objetiva reajustar os vencimentos. Em Discussão. Em votação. Aprovado.

A Mesa solicita ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da composição das Comissões Técnicas desta Casa.

(O Senhor 1º Secretário procede à leitura da composição das Comissões Técnicas) Anunciada a composição das Comissões, a Mesa alerta para o artigo 40, do Regimento Interno:

"Se qualquer das Comissões permanentes, especiais ou de inquérito, não se instalar dentro de cinco (5) dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas (24), para se reunirem em uma das salas do edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o vice-Presidente da Comissão".

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

# EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 42/89

Curitiba, 06 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis, reflete a constante preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remunera-

ção dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

No reajuste proposto foram adotados índices diferenciados, visando complementar a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, no período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas às diversas categorias funcionais, assim como o estabelecimento de um índice único, para as mesmas categorias, a título de antecipação, correspondente ao IPC acumulado dos meses de fevereiro e março de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

## PROJETO DE LEI Nº 69/89

Art. 1º- Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, serão reajustados na forma abaixo:

I - a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento), dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

II- a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 38/76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento), dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

III- a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, exceto quanto aos tratados nos itens acima, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativo ao período de janeiro a de-

zembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Parágrafo Único - A partir de 1º de maio de 1989, os vencimentos dos cargos referidos no "caput" deste artigo, ficam reajustados a título de antecipação, mediante o acréscimo do percentual de 3,60% (três vírgula sessenta por cento), acrescido do percentual de 6,09% (seis vírgula nove por cento), correspondente ao IPC do mês de março de 1989, totalizando 9,91 (nove vírgula noventa e um por cento) sobre os vencimentos de abril de 1989.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado mediante decreto, fixar as tabelas de vencimentos relativos ao artigo 1º.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº DTL/SAT 34/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando o seu afastamento das funções de Governador do Estado, dos dias 11 até o dia 30 do corrente mês, em cujo período tais funções serão exercidas pelo Senhor Vice-Governador. Ao conhecimento da Casa.

OF/DTL/SAT nº 34/89.

Curitiba, 10 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

Para os devidos fins, comunico a Vossa Excelência que, a partir do dia 11 até o dia 30 do corrente mês, me afastarei das funções de Governador do Estado, em cujo período tais funções serão exercidas pelo Senhor Vice-Governador.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

OFÍCIO Nº 67/89

Curitiba, 07 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB, vem indicar o Deputado JOSÉ FELINTO, para membro da Comissão Especial de Investigação do BADEP, em substituição ao Deputado GERNOTE KIRINUS.

Sem mais, no ensejo, renova os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente  
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

OFÍCIO Nº 71/89

Curitiba, 07 de abril de 1989.  
Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB vem, pelo presente, indicar os Deputados JOSÉ FELINTO e ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, para comporem, como membros titulares, a Comissão Constitucional da Assembleia Constituinte Estadual, em substituição aos Deputados JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO e PAULO FURIATTI, respectivamente.

No ensejo, reitera os protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente  
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

DIRETORIA LEGISLATIVA  
COMISSÕES TÉCNICAS - 1989

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

ANTÔNIO ANNIBELLI  
CÂNDIDO PACHECO BASTOS  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO LOBO ALCANTARA  
LUIZ C. CAÍTO QUINTANA  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
VALDERI MENDES VILELA  
EDMAR LUIZ COSTA  
NEREU CARLOS MASSIGNAN  
RAUL LOPES

SUPLENTE

ACYR MEZZADRI  
AMÉLIA HRUSCHKA  
ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
EDUARDO BAGGIO  
JOSÉ FELINTO  
LINDOLFO JÚNIOR  
NESTOR BAPTISTA  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS  
BASÍLIO ZANUSSO  
DAVID CHERIEGATE  
ALGACI TÚLIO  
EZEQUIAS LOSSO  
PAULINO DELAZERI  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

ACYR MEZZADRI  
CÂNDIDO BASTOS  
HOMERO OGUIDO  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
LEONIDAS CHAVES  
EZEQUIAS LOSSO  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

SUPLENTE  
AMÉLIA HRUSCHKA  
ANTÔNIO BÁRBARA  
DIRCEU MANFRINATO  
VERA AGIBERT  
ANTÔNIO COSTENARO  
RAUL LOPES

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES  
DIRCEU MANFRINATO  
ORLANDO PESSUTI  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
LUIZ ANTONIO SETTI  
NELSON VASCONCELLOS

SUPLENTE  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
HOMERO OGUIDO  
LAURO LOBO ALCANTARA  
NILTON BARBOSA  
BASÍLIO ZANUSO  
PAULINO DELAZERI

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES  
ACYR MEZZADRI  
ANTÔNIO BARBARA  
HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ FELINTO  
DAVID CHERIEGATE  
NAMIR PIACENTINI  
NELSON VASCONCELLOS

SUPLENTE  
IRONDI PUGLIESI  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
NEIVO BERALDIN  
PIRAJÁ FERREIRA  
JOÃO ARRUDA  
ALGACI TÚLIO  
LUIZ A. M. OLIVEIRA  
HAROLDO RODRIGUES

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES  
ANTÔNIO BÁRBARA  
LINDOLFO JÚNIOR  
NILTON BARBOSA  
PIRAJÁ FERREIRA  
JOÃO ARRUDA  
EDMAR LUIZ COSTA  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

SUPLENTE  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
CÂNDIDO BASTOS  
HOMERO OGUIDO  
LAURO LOBO ALCANTARA

ANTÔNIO COSTENARO NETO  
RAUL LOPES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES  
HERMAS BRANDÃO  
JOSÉ FELINTO  
PIRAJÁ FERREIRA  
VERA AGIBERT  
DAVID CHERIEGATE  
EDMAR LUIZ COSTA  
RAUL LOPES

SUPLENTE  
AMÉLIA HRUSCHKA  
CÂNDIDO PACHECO BASTOS  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
NEIVO BERALDIN  
BASÍLIO ZANUSO  
NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

TITULARES  
CÂNDIDO BASTOS  
EDUARDO BAGGIO  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
ORLANDO PESSUTI  
BASÍLIO ZANUSO  
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA  
NELSON VASCONCELLOS

SUPLENTE  
ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
NILTON BARBOSA  
VERA AGIBERT  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
RAUL LOPES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES  
AMÉLIA HRUSCHKA  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
LINDOLFO JÚNIOR  
NESTOR BAPTISTA  
BASÍLIO ZANUSO  
EZEQUIAS LOSSO  
HAROLDO FERREIRA

SUPLENTE  
ACYR MEZZADRI  
IRONDI PUGLIESI  
LUIZ CARLOS ALBORGHEITI  
NILTON BARBOSA  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
RAUL LOPES

COMISSÃO DE TERRAS  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES  
DIRCEU MANFRINATO

LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
ORLANDO PESSUTI  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
LEONIDAS CHAVES  
NAMIR PIACENTINI  
HAROLDO FERREIRA

SUPLENTE  
ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
GERNOTE KIRINUS  
LAURO LOBO ALCANTARA  
NILTON BARBOSA  
DAVID CHERIEGATE  
VALDERI MENDES VILELA  
EDMAR LUIZ COSTA  
PAULINO DELAZERI

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
NILTON BARBOSA  
PIRAJÁ FERREIRA  
SABINO CAMPOS  
DAVID CHERIEGATE  
VALDERI MENDES VILELA  
NEREU CARLOS MASSIGNAN

SUPLENTE  
EDUARDO BAGGIO  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
LEONIDAS CHAVES  
RAFAEL GRECA  
EZEQUIAS LOSSO  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

## COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES  
AMÉLIA HRUSCHKA  
HOMERO OGUIDO  
NEIVO BERALDIN  
NILTON BARBOSA  
DAVID CHERIEGATE  
EDMAR LUIZ COSTA  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

SUPLENTE  
IRONDI PUGLIESI  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
NESTOR BAPTISTA  
PIRAJÁ FERREIRA  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
PAULINO DELAZERI

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

TITULARES  
AMÉLIA HRUSCHKA  
IRONDI PUGLIESI  
LAURO LOBO ALCANTARA  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
JOÃO BATISTA ARRUDA

ALGACI TÚLIO  
PAULINO DELAZERI

SUPLENTE  
ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO  
LINDOLFO JÚNIOR  
LEONIDAS CHAVES  
RAFAEL GRECA  
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA  
NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA  
À CONSTITUIÇÃO

TITULARES  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
HERMAS BRANDÃO  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
BASÍLIO ZANUSO  
NEREU CARLOS MASSIGNAN

SUPLENTE  
AMÉLIA HRUSCHKA  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
GERNOTE KIRINUS  
DAVID CHERIEGATE  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
GERNOTE KIRINUS  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
NESTOR BAPTISTA  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
PAULINO DELAZERI  
VALDERI MENDES VILELA

SUPLENTE  
ACYR MEZZADRI  
EDUARDO BAGGIO  
PIRAJÁ FERREIRA  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
DAVID CHERIEGATE  
LUIZ ANTONIO SETTI  
HAROLDO FERREIRA  
NAMIR PIACENTINI

## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

TITULARES  
GERNOTE KIRINUS  
LINDOLFO JÚNIOR  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
RAFAEL GRECA  
PAULINO DELAZERI

SUPLENTE  
ANTÔNIO ANNIBELLI

ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
ORLANDO PESSUTI  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
ALGACI TÚLIO  
EZEQUIAS LOSSO  
HAROLDO FERREIRA

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

TITULARES

IRONDI PUGLIESI  
LINDOLFO JÚNIOR  
LUIZ CARLOS ALBORGHEITI  
NEIVO BERALDIN  
LEÔNIDAS CHAVES  
LUIZ ALBERTO M. OLIVEIRA  
PAULINO DELAZERI

SUPLENTE

ANTÔNIO BÁRBARA  
DIRCEU MANFRINATO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
DAVID CHERIEGATE  
NEREU CARLOS MASSIGNAN

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TITULARES

DIRCEU MANFRINATO  
EDUARDO BAGGIO  
LUIZ CARLOS ALBORGHEITI  
NILTON BARBOSA  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
ALGACI TÚLIO  
RAUL LOPES

SUPLENTE

ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
HERMAS BRANDÃO  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
NESTOR BAPTISTA  
LEÔNIDAS CHAVES  
NAMIR PIACENTINI  
LUIZ ANTONIO SEITI  
NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

AMÉLIA HRUSCHKA  
JOSÉ FELINTO  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
ORLANDO PESSUTI  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
LUIZ ANTONIO SEITI  
HAROLDO FERREIRA

SUPLENTE

CÂNDIDO BASTOS  
IRONDI PUGLIESI  
LINDOLFO JÚNIOR  
NEIVO BERALDIN  
BÁSILIO ZANUSSO

NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

TITULARES

ACYR MEZADRI  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
NESTOR BAPTISTA  
BÁSILIO ZANUSSO  
RAFAEL GRECA  
RAUL LOPES

SUPLENTE

EDUARDO BAGGIO  
JOSÉ FELINTO  
LINDOLFO JÚNIOR  
PIRAJÁ FERREIRA  
ANTÔNIO COSTENARO NETO  
NAMIR PIACENTINI  
ELMAR LUIZ COSTA  
NEREU CARLOS MASSIGNAN

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

TITULARES

AMÉLIA HRUSCHKA  
IRONDI PUGLIESI  
LAURO LOBO ALCÂNTARA  
VERA AGIBERT  
LEÔNIDAS CHAVES  
RAFAEL GRECA  
NEREU CARLOS MASSIGNAN

SUPLENTE

ANTÔNIO ANNIBELLI  
EDUARDO BAGGIO  
ACYR MEZZADRI  
PIRAJÁ FERREIRA  
BÁSILIO ZANUSSO  
VALDERI MENDES VILELA  
EZEQUIAS LOSSO  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES

TITULARES

ANTÔNIO BÁRBARA  
CÂNDIDO BASTOS  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA  
JOÃO BATISTA ARRUDA  
EZEQUIAS LOSSO  
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

SUPLENTE

ARTAGÃO MATOS LEÃO  
JOSÉ FELINTO  
NEIVO BERALDIN  
VERA AGIBERT  
LEÔNIDAS CHAVES  
RAUL LOPES

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, incluir na Ordem do Dia dos Projetos de Lei n°s 340 e 342/88, com base no art. 108 do Regimento Interno, por não se tratarem de matéria financeira, sendo que os mesmos já se encontram com regime de urgência, aprovado em 13.03.89.

PROJETO DE LEI N° 340/88 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre a instituição da Identidade Estudantil nas Escolas Públicas do Estado do Paraná, a ser fornecida através da UPES, com sede e foro nesta Capital.

PROJETO DE LEI N° 342/88 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre o funcionamento das Cantinas nas Escolas de 1° e 2° Graus da Rede Oficial de Ensino localizadas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência à Mensagem Governamental n° 40/89.

Sala das Sessões, em 10.04.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 162/88, de sua autoria, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou bio-fertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 10.04.89

(a) PAULO CESAR FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência aos Projetos de Lei n°s: 267/88, 317/88, 318/88, de sua autoria que declaram de utilidade pública as Associações a que se referem, com sede e foro em Curitiba/PR, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 067/89, que altera a redação da Lei n° 8679/87.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(aa) HOMERO OGUIDO

LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

#### REQUERIMENTO N° 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e com fundamento no disposto pelo art. 100, do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, preferência de Discussão e Votação, para o Projeto de Lei n° 68/89, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ítem 17, Fls. 04, da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) NEREU MASSIGNAN

#### REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o disposto pelo inciso III, § 1°, do artigo 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o encerramento da discussão para os Projetos de Lei n°s 11 e 13/89, itens 01 e 02, da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 485

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, vem REQUERER a Vossa Excelência seja constituída a Comissão de Deputados, abaixo relacionados, a fim de representarem este Poder Legislativo na I Reunião do Sistema Estadual de Turismo, a realizar-se no Hotel Salvatti, sito à Rua Rio Branco n° 557, em Foz do Iguaçu, às 9:00 horas do dia 19 de abril do corrente.

Deputada Amélia de A. Hruschka

Deputado Homero Morinobu Oguido

Deputado Neivo Beraldin

Deputado Nilton Roberto Barbosa  
Deputado David Nataniel Cheriegate  
Deputado Edmar Luiz Costa  
Deputado José Rogério Carvalho  
Sala das Sessões, em 10.04.89  
(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO N° 498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 12 de abril às 14:30, para apreciar o Projeto de Lei n° 069/89, oriundo da Mensagem Governamental n° 42/89, que objetiva reajustar os vencimentos dos funcionários estaduais.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa agilizar a tramitação do Projeto de Lei n° 069/89, nesta Casa, pois estamos cientes da urgência de tal medida.

É indiscutível a defasagem nos vencimentos do funcionalismo, provocada pelos diversos planos econômicos do Governo.

Contamos com a aprovação deste Plenário para o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 494

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo às normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja alterada para o dia 18 de Agosto de 1989, às 15:00 horas, a data para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Jabur Abdalla, anteriormente designada para o dia 17 de junho de 1989, tendo em vista a necessidade do homenageado ausentar-se do País nesse período.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) VALDERI VILELA

#### REQUERIMENTO N° 473

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada a ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ENEDIR SOUZA DE LIMA, ocorrido dia 19 de março de 1989, em Dois Vizinhos- PR.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada na cidade de Dois Vizinhos - PR, à R. Ju- celino Kubitschek, n° 609, cidade Norte. Sala das Sessões, em 10 de abril de 1989.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

O falecimento ocorrido no último dia 19 de março de 1989, em Dois Vizinhos -PR, do Líder Cooperativista ENEDIR SOUZA DE LIMA, vem deixar uma lacuna irreparável na comunidade de Dois Vizinhos.

Catarinense de Araranguá, nascido em 03 de janeiro de 1922, deslocou-se ao Estado do Paraná em 1953, vindo diretamente para a cidade paranaense de Dois Vizinhos, onde veio lidar com comércio e agricultura no interior do Município.

Em 1966 elegeu-se Vereador. De 1968 a 1970 vem presidir a Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos. ENEDIR SOUZA DE LIMA, foi também o primeiro agricultor do Município de Dois Vizinhos a receber a visita de um técnico da ACARPA em sua lavoura, onde desenvolvia atividades agrícolas. Ainda nos anos 60 encampou a idéia de implantar uma Cooperativa Agropecuária. Mais tarde foi eleito para presidir a CAMDUL - Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda., onde foi sócio fundador e veio a presidir a mesma por três gestões, de 24 de abril de 1975 a 10 de março de 1979.

Com o seu desaparecimento, aos 67 anos, sua coragem e o seu despreendimento ficarão marcados na história política, social e cooperativista do município de Dois Vizinhos, situado no Sudoeste do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FARID ABRAHÃO, ocorrido no último dia 22 nesta Capital.

Outrossim, requer que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 22, nesta Capital, o Sr. FARID ABRAHÃO, com a idade de 67 anos.

O extinto era uma das mais importantes personalidades políticas da região Sul do Paraná. Foi duas vezes Prefeito e uma vez vice-Prefeito do município de Bituruna. Foi também um dos fundadores da AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná. Como Prefeito, em sua segunda gestão, foi o responsável por mudanças profundas na vida administrativa e econômica de Bituruna.

Farid Abrahão deixou a esposa Otília e quatro filhos.

O passamento do amigo Farid Abrahão deixou grande vazio, não somente no seio da família, mas de todo o seu grande círculo.



culo de amizades.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família ABRAHÃO, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, tendo recebido a visita de numerosa comissão de Moradores da Associação Nova República, acompanhados do padre vigário de N. S. da Luz de Pinhais; e tendo ainda conhecimento de solução negociada com 59 famílias e a COHAB de Curitiba para solucionar o gravíssimo problema do despejo traumático - judicialmente respaldado - da ocupação atual de casa da velha fábrica de cimentos de Pinhais, no INTERESSE PÚBLICO E DA PAZ SOCIAL, pede à egrégia Assembléia que escreva ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Piraquara, sugerindo, respeitados todos os seus direitos de "autonomia municipal", se digne a estudar, como proposta do povo, da COHAB de Curitiba, do Governo Jaime Lerner, e desta Assembléia, a solução expressa em expediente DP/101/89, do Doutor Douglas Benke, de cópia em anexo.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Artigo 23 da Constituição Federal, incisos VI, IX e sobretudo X. Conforme se pode ver pela leitura da Carta Magna de 05.10.89.

A Assembléia considera, respeita e aprova - devendo prever na nova Constituição - a condição de "Cidade manancial, portanto com povoamento especial recomendado, para o belo município vizinho de Piraquara.

A Assembléia vê, por outro lado, a possibilidade (fechadas as linhas de crédito para moradia popular pelo Governo Sarney para quem ganha menos de 3 salários mínimos), de gravíssima situação para as famílias do "Nova República", com dissabores sociais - e ocorrências policiais - lamentáveis no passado e no futuro.

A Assembléia vê, na proposta da COHAB de Curitiba, a idéia inteligente de um parque junto ao rio Iraí, na Vila Maria Antonieta, densamente povoada e sem área

de lazer - com possibilidades de se integrar no projeto do grande PARQUE REGIONAL DO IGUAÇU. Parque este que Piraquara obterá por permuta.

A Assembléia considera ainda razoável a proposta de rateio de lotes já estruturadas - 21 + 59 - para famílias exclusivamente do município de Piraquara.

A Assembléia recomenda, em razão da excepcionalidade, e em virtude do loteamento Moradias Perdizes ser anterior à lei (louvável) municipal 05/80, o acatamento do parecer dos técnicos da COHAB-CT.

Portanto, a Assembléia apoia a medida sugerida, por julgar seu dever incentivar Piraquara a avançar socialmente, e em qualidade de vida. Lembrando sempre que "uma cidade é sempre mais agradável quanto melhor for a condição de vida da maioria de seus habitantes..."; e ainda a Constituição Federal, no seu artigo 23, incisos VI e IX, quais sejam: o dever do Estado de proteger o meio ambiente conjugado ao dever da União, dos Estados e dos Municípios de PROMOVER PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS, E A MELHORIA DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS E DE SANEAMENTO BÁSICO.

Sem falar no inciso mais categórico do mesmo artigo 23, que é o décimo, e que diz:

"É competência comum da União, dos Estados e dos Municípios:

COMBATER AS CAUSAS DA POBREZA E OS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO SOCIAL DE SETORES DESFAVORECIDOS..."

#### REQUERIMENTO N° 489

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual do PDT, que este subscreve, considerando texto de denúncias publicado pelo Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. Alex Neto, na Gazeta do Povo de domingo, 02 de abril passado, e considerando ainda informações colhidas com a comunidade, vem sugerir à Assembléia que officie ao Secretário de Estado da Saúde recomendando:

1. Instalação imediata do Conselho Estadual de gerência do SUDS no Paraná.
2. Distribuição racional e discutida (em co-gestão com prefeituras e comunidade) dos 82 bilhões de cruzados novos de verba previstos para o Sistema Único Integrado de Saúde pelo orçamento vigente - conforme informações do Deputado Federal Max Rosermann.
3. Retomada das contribuições por "capacidade instalada" para o Município de Curitiba, onde a rede de atendimento primário à saúde é exemplar.
4. Agenciamento e agilização junto aos canais federais do programa de atendimento de emergência a acidentados (a maioria das

mortes, estatisticamente, ocorre nos primeiros 15 minutos dos acidentes), com instalação de unidades móveis (ambulâncias) em 22 postos estratégicos na Grande Curitiba sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde da Capital.

5. Construção de uma UTI para aidéticos e outros pacientes com moléstias infecto contagiosas no Hospital Oswaldo Cruz, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, palco de lamentável desabamento de forro sobre os doentes em março passado (o que motivou a substituição da diligente Diretora, doutora Du Su Yn, que repetidas vezes, insistia na urgência das reformas e, passado o acidente, reportou tal fato à mídia eletrônica numa reportagem de tele-jornalismo).

6. Explicação à comunidade sobre as denúncias veiculadas pelo Dr. Alex e Associação Médica do Paraná, com comprometimento da seriedade do Governo.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### REQUERIMENTO N° 478

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que seja ampliado o programa de micro-bacias no município de Roncador, mais precisamente nas localidades denominadas Jararaca, Catetos e adjacências.

1. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Osmar Dias.

2. Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Agricultura de Campo Mourão, Sr. Neri José Tomé.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Cópia de requerimento de autoria do Vereador José Pietroski, aprovado em sessão plenária na Câmara Municipal de Roncador em 03.03.89.

#### REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam construídos "Abrigos" nas saídas das localidades que congregam bastante moradores ao longo da rodovia Vassílio Boiko, em toda a sua extensão, ou seja, de Iretama até o trevo da estrada de Cascavel:

1. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig.

2. Chefe do Departamento de Serviços de Transporte Comercial, Sr. Sérgio Fle-

zer.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme cópia de requerimento aprovado na Câmara Municipal de Roncador, em 03.03.89.

#### REQUERIMENTO N° 491

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências no sentido de que seja concedida viatura para a Subdelegacia do Distrito Toledano de Ouro Verde.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Ouro Verde, representado pelo Vereador LEANDRO DONIZETTI ALVES, com uma população superior a 10 mil habitantes, localizado próximo à faixa de fronteira, sua gente enfrenta perigos constantes, ficando expostos a ação de marginais e ladrões de carros que por ali transitam. Há que se tomar providências urgentes no sentido de equipar adequadamente aquela subdelegacia com uma viatura, facilitando assim o trabalho dos policiais que lá prestam serviço. Agilizando esta justa reivindicação, estaremos propiciando maior segurança a assustada comunidade de Ouro Verde.

#### REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de serem alterados os valores percebidos pelos representantes do FUNRURAL, a título de remuneração pelos serviços por estes prestados em seus respectivos municípios.

Referida solicitação se faz em função de que referidos representantes do FUNRURAL estão percebendo atualmente a irrisória e humilhante quantia de NCz\$ 53,29 (cinquenta e três cruzados novos e vinte e nove centavos) brutos, que deduzida a contribuição obrigatória da Previdência Social, resta tão somente NCz\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzados novos) mensais o que é totalmente impossível sobreviver, levando-se ainda em consideração que o representante tem outras despesas para a ma-

nutenção dessa representação.

Finalmente é de se esclarecer que tal remuneração é inferior ao salário mínimo vigente no País, contrariando desta forma, a legislação vigente aplicável ao caso, o que vem caracterizando o abandono total desses representantes que procuram outros meios de trabalho, e com isso muitos nossos municípios já não mais possuem representantes do FUNRURAL.

Do presente Requer, se dê conhecimento aos ilustres representantes do FUNRURAL de todos os Municípios do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) VALDEIR VILELA

#### REQUERIMENTO N° 496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente à Associação dos Hospitais do Estado do Paraná, na pessoa de seu representante, Dr. Ariovaldo de Mello Arantes, apresentando votos de congratulações e de gestão profícua, extensivos aos demais membros da diretoria eleita para o triênio 89/92.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 497

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Secretária Estadual de Educação, Senhora Gilda Poli, solicitando a esta Secretaria de Estado que seja dada uma certa prioridade para a construção de novas unidades escolares no município de Maringá, mais precisamente nos bairros denominados Bertoga, Parigot de Souza, Léia Leal, Ipanema, São Silvestre e Jardim Universo.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Temos recebido constantemente em nosso gabinete parlamentar, inúmeras solicitações no sentido de que sejam construídas em Maringá novas unidades escolares para suprir a carência detectada em alguns conjuntos habitacionais e bairros, de Maringá. Contactamos o Núcleo Regional da Secretaria de Educação no Município de Maringá, o qual nos encaminhou o ofício que se encontra anexo ao presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor CARLOS ANTÔNIO ALMEIDA FERREIRA, Digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO -, solicitando estudos que viabilizem a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO, para atendimento à clientela dos Núcleos Habitacionais a seguir, no município de Ponta Grossa: Conjunto Residencial Santa Paula, Conjunto Residencial Santa Terezinha, Vila Ricci, Parque Shangri-Lá, Jardim Santana do Sabará, Vila Jansen e Jardim Santa Paula (Santa Paula Velha), os quais em sua totalidade apresentam 12.000 eleitores para 25.000 habitantes.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### JUSTIFICATIVA:

A moção que ora se submete a Douta consideração do Plenário, está embasada nos constantes reclames de moradores dos Conjuntos residenciais mencionados, os quais, através de seus representantes e lideranças políticas local vêm evidenciar a premente necessidade de implantação de serviços bancários para atender a demanda, que hoje está em torno de 12.000 habitantes.

A título de subsídio, evidenciamos aqui alguns dados que consideramos de relevância e que poderá fornecer uma visão mais ampla da carência da implantação: o Conjunto Residencial Santa Paula, conta hoje com 2.000 moradias, para 12.000 habitantes e 5.000 eleitores. Somando-se a esses dados, está o Conjunto Residencial Santa Terezinha, Vila Ricci, Parque Shangri-Lá, Jardim Santana do Sabará, Vila Jansen, e o Jardim Santa Paula (Santa Paula Velha), os quais em sua totalidade apresentam 12.000 eleitores para os 25.000 habitantes.

Isto posto, há que se considerar que o pedido em questão configura-se da maior importância, não apenas pelos serviços que aquele prestigioso Banco poderá introduzir junto à comunidade, mas, principalmente, por ensejar à região adjacente, a oportunidade de beneficiar-se desse importante veículo de articulação financeira.

#### REQUERIMENTO N° 486

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, solicitando informações sobre a irregularidade denunciada através do Jornal "O Estado de São Paulo", do dia 06 de abril corrente, na coluna "Caixa-Forte".

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Conforme a nota divulgada na coluna em epígrafe, sob o título "Dura Verdade", o BANESTADO pagou há cerca de um mês, em sua agência de Nova York, um cheque sem fundos de US\$ 550 mil, a um falso correntista de nome Jorge Raul Rivera, de nacionalidade argentina.

Consta ainda, na notícia, que o valor pago é superior ao dobro do lucro obtido no decorrer de todo o ano passado pela referida agência.

Pelo exposto, pedimos as providências urgentes do Sr. CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, no sentido de averiguar e prestar as devidas informações a respeito.

REQUERIMENTO N° 495

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja oficiado ao ilustre Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, expediente no sentido de se procederem estudos imediatos para a implantação de agência bancária ou posto avançado na cidade de Jaboti (PR).

Referida solicitação se faz em função de que o município de Jaboti, apesar de possuir mais de 5.000 habitantes, 3.000 eleitores, 600 propriedades rurais, casas de comércio, etc., não possui tal benefício, obrigando dessa forma seus habitantes a recorrer a estabelecimentos de créditos de cidades da região, dificultando ainda mais a vida do cidadão que naquela localidade reside, trabalha e quer melhorar as condições de sua cidade, trazendo um pouco mais de conforto e tranquilidade.

Do presente, Requer, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, e em especial ao Vereador João Siqueira, que é o autor da reivindicação.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição nos Anais do artigo "A América dos Pinheirais", onde constam trechos traduzidos do livro "Dove Cresce l'Araucária" de autoria do trentino Renzo Maria Grosseli.

Desta decisão dê-se ciência à jornalista Maí Nascimento Mendonça, tradutora do texto publicado no Almanaque Suplemento Dominical do Jornal "O Estado do Paraná", edição de domingo (09.04.89).

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 070/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural, com sede e foro na cidade de Cerro Azul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.89

ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade da qual se pretende aqui seja declarada de Utilidade Pública é sociedade civil de caráter filantrópica, de assistência social e educacional, instituída pelos moradores de Cerro Azul, congregando as famílias residentes e domiciliadas naquele Município, de modo a construir para o atendimento dos interesses e necessidades comuns.

Como se pode observar pela documentação anexa a este Projeto, a entidade encontra-se em conformidade com os ditâmes da Lei n. 6.994/78.

PROJETO DE LEI N° 071/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Jardim Alto da Cruz III, com sede em Colombo e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, encontra-se devida e legalmente documentada, pois ela está sob o amparo da lei n. 6.994 de 78, que estabelece as normas para declarar de utilidade pública as Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado, dando também outras providências.

Entre as suas atividades, temos o atendimento a 200 famílias no Programa de Leite para as crianças carentes e assistência social com a Comunidade local e bairros vizinhos.

Trata-se portanto, de uma Sociedade Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a

prestação de Serviços Socio-Comunitários aos seus Moradores, conforme podemos observar o artigo 1º do seu Estatuto.

É importante ressaltar aqui, que o campo de ação desta entidade, poderá se estender às comunidades circunvizinhas, se assim a Assembléia Geral da Associação aprovar.

PROJETO DE LEI Nº 072/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado aos atuais Auxiliares Administrativos, Contratados pela Secretaria da Fazenda, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que anteriormente ocupavam cargos de Conferente, a volta à condição anterior, com as atribuições e vantagens estabelecidas no contrato original e o ressarcimento das despesas pelo deslocamento aos locais de trabalho, quando fora da sede.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Os atuais ocupantes dos empregos de Auxiliar Administrativo, da Secretaria da Fazenda que ocupavam anteriormente os cargos de Conferente, ao serem transferidos para a nova condição, se viram prejudicados em seus direitos assegurados pelo contrato de trabalho original ficando com suas atividades restritas a serviços administrativos na sede daquela Secretaria e desvirtuadas as funções para as quais foram contratados.

Com essa transformação, alguns servidores, que há mais de onze anos, exerciam as funções de Conferente, viram suas possibilidades de acesso funcional diminuídas pela transferência para funções completamente diferente daquelas que sempre exerceram.

Nestas condições, apresentamos o presente Plano de Lei, para o qual contamos com o indispensável apoio desta Casa, visto que o mesmo não gerará despesas adicionais para o Tesouro do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 073/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Batata Bintje do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Batata Bintje do Estado do Paraná, sito à Rua Barão do Rio Branco, 596, em Guarapuava.

Ao completar um ano, olhando os caminhos trilhados pela Associação, pode-se destacar as seguintes linhas de ações que mais se destacou:

- Início da produção de semente de batata, oriunda de material importado da Holanda, visando o auto abastecimento dos associados e região com resultados alvissareiros nas lavouras destinadas ao consumo;

- No primeiro ano foi importado 1.000 caixas, e no segundo ano a cota aumentou para 3.470 caixas;

- Implantação em cooperação com o IAPAR de ensaios de batata, vale destacar que esta é a primeira vez que uma Entidade Oficial de Pesquisa vem dedicar-se a ensaios de batata, em Guarapuava.

Além dos itens acima expostos, julgamos da maior relevância o papel aproximados que a Associação exerceu sobre seus Associados, fazendo de sua sede um foro democrático de debates dos problemas atinentes à bataticultura local, estadual e quicã nacional.

Diante do exposto, tomamos a iniciativa do presente Projeto de Lei, por certo uma Associação que merece o reconhecimento desta Casa, e temos certeza que este Projeto receberá o apoio unânime dos Senhores Deputados que integram este Poder.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Finda a leitura do expediente, passamos para o Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Vivemos um momento de transição no País. Vivemos um momento que antecede as eleições, e talvez a eleição mais importante do País. Escolheremos o homem ou a mulher que terá ungido pelo voto popular a responsabilidade de gerir os destinos deste País.

A Constituição, nobres Pares, assegura o direito de voto aos maiores de 16 anos de idade, por isso mesmo, como Coordenador da frente Nacional da Defesa dos Direitos da Juventude, comunicamos aos Senhores Parlamentares que aqui mesmo em Curitiba o Comitê do primeiro voto que reúne as mais diferentes cores partidárias já começará o seu trabalho de consciência política porque a juventude deste Estado e deste País sabe das duas obrigações, sabe dos seus

deveres, mas o jovem paranaense também sabe dos seus deveres. E é preciso que neste momento, sublime, é necessário que todos nós, que todas as bancadas desta Casa, que todas as Câmaras de Vereadores, enfim num gesto suprapartidário tenhamos a oportunidade de auxiliar para que o jovem tenha o discernimento necessário e escolha o futuro Presidente da República.

A ele já é facultado o direito de contratar em contratos financeiros do recebimento de talonário de cheques. A este mesmo jovem já é facultado o direito de escolher, caso queira, o seu Presidente da República. A este mesmo jovem, com um projeto que nós apresentamos à Assembleia Legislativa, depois de dois anos de discussões, em Manaus, recentemente em um encontro que também fomos convidados para expor o nosso projeto que habilita os menores de 18 anos e maiores de 16 anos, tivemos a grata satisfação de saber que todos os DETRANS's do Brasil de todos os Estados da Federação, por unanimidade, aceitaram e incentivaram, e apóiam a habilitação aos maiores de 16 anos de idade.

Por isto, queremos conclamar neste momento, no Pequeno Expediente, Senhor Presidente, as bancadas desta Casa para que, juntos, de forma homogênea participemos desse Comitê e da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao grande Expediente.

Concedemos a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan. Não se encontrando em plenário, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Havendo declinado consultamos à Liderança do PTB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consultamos à liderança do PTN se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDS se fará uso do seu hora..

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PDT.

Havendo declinado, consultamos à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Encerrado o Horário do expediente, passamos à

com a presença de 33 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício de autoria do Senhor Governador do Estado, comunicando que irá afastar-se de suas funções, em cujo período tais funções serão exercidas pelo Senhor Vice-Governador do Estado. Aprovado.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem, como membros titulares a Comissão Constitucional da Assembleia Constituinte Estadual, em substituição aos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Paulo Furiatti. A Comissão Constitucional, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado José Felinto, para membro da Comissão Especial de Investigação do BADEP, em substituição ao Senhor Deputado Gernote Kirinus. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando a constituição desta Casa em Comissão Geral, no dia 12 de abril, para apreciar o Projeto de Lei n. 69/89. Aprovado.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o encerramento da discussão para os Projetos de Lei ns. 11/89 e 13/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 68/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 68/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Ofício n. 270/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Com PARECER pela COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, conforme requerimento apro-



vado de autoria do Deputado Hermas Brandão.

PROJETO DE LEI Nº 68/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A tabela de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, passa a ser a seguinte:

Procurador Geral .....	Ncz\$ 1.543,14
Auditor .....	Ncz\$ 1.327,19
Procurador .....	Ncz\$ 1.302,00

Art. 2º - Aplicam-se integralmente os critérios de vantagens, restrições e proibições sobre a percepção da gratificação adicional de tempo de serviço, estabelecidos na Lei n. 8.936, de 27 de março de 1989.

Art. 3º - Estendem-se aos inativos do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, as vantagens e os respectivos critérios de aplicação definidos na presente lei.

Art. 4º - As despesas com a execução desta lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Contas.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação e os seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1º de março de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.89.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Em Votação o Parecer e o Projeto. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 08/89), que objetiva a extinção de cargos de provimento em comissão no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 11/89), que objetiva a extinção da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, e os respectivos cargos de direção denominados Diretor-Presidente, Diretor-Administrativo-Financeiro e Diretor-Técnico, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 12/89), que objetiva a concessão de uma pensão mensal ao pintor CZESLAW LEMANDOWSKI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE 2ª DISCUSSÃO,  
EM PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 42/89

Substitua-se o artigo 2º pelo seguinte:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 9 de julho de 1988, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoiamento: Cândido Bastos, Irondy Pugliesi, José Afonso Júnior, (1) ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 12/89, que acolheu sugestão do signatário da presente, no sentido de conceder uma pensão mensal ao pintor LEMANDOWSKI, a partir da data em que o mesmo completou 88 anos de idade.

Ocorre que o expediente demorou em sua tramitação no Poder Executivo, e o homenageado completou 88 anos de idade no dia 9 de julho de 1988.

É justo, portanto, que o Projeto sofra esta pequena alteração.

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 06/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEXO e outros, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39, do Regimento Interno, alterando o número de membros da Comissão de Constituição e Justiça, que terá 15 (quinze) membros. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 61/88), que objetiva acrescentar novos parágrafos e alterar a redação do art. 91 da Lei n. 8.485, de 03.06.87. (Estrutura básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 33/88, de 03.05.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 116/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n. 61/88, objetiva acrescentar novos parágrafos e altera a redação do artigo 91 da Lei n. 8.485, de 03.06.87 (Lei da Estrutura Básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná).

As modificações que se consubstanciam na proposta que ora apreciamos, visam dar trato legal cristalino e adequado no que diz respeito à forma de aplicação da Lei acima mencionada, quanto à feitura dos estatutos das sociedades de economia mista estaduais, especialmente no que respeita à composição de seus conselhos de administração.

Esta douta Comissão de Justiça, ao analisar o mesmo, vem a se pronunciar favoravelmente à proposta em questão, não encontrando impedimento legal e regimental à aprovação da medida proposta.

Assim sendo, opinamos pela sua APROVAÇÃO. É o PARECER.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
HERMAS BRANDÃO  
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

AO PROJETO DE LEI N. 116/88

P A R E C E R:

Na análise do Projeto de Lei n. 116/88, verifica-se que o Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n. 61/88, acresce e modifica a redação do Artigo 91 da Lei número 8.485 de 03.06.87 (Lei da Estrutura Básica do Poder Executivo no Sistema da Administração Pública do Estado do Paraná).

Consoante ainda a esta análise, entendemos ser bastante oportunas e corretas, as modificações e acréscimos estabelecidos à Lei n. 8.485, conforme proposta oriunda da Mensagem Governamental em apreço, razão pela qual somos de PARECER FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

Este é o PARECER.

Sala das Comissões, em 28.11.88.

(a) NELSON VASCONCELLOS  
Presidente  
ORLANDO PESSUTI  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 140/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 73/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município da Lapa o imóvel rural medindo 6.050,00 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, transcrito sob o n. 31.368, no livro 3-AG, do Cartório de Registro de Imóveis

da Comarca da Lapa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 43/88, de 19.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

AO PROJETO DE LEI N° 140/88

Autor: PODER EXECUTIVO (MENSAGEM N. 73/88)

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, o presente projeto de lei tem por finalidade a doação de um imóvel rural ao município da Lapa, que terá por destinação a instalação de um mini posto de saúde.

Referido imóvel situa-se no local denominado Rozeta Quarteirão Lagoão, medindo 6.050,00 m<sup>2</sup>, e encontra-se transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa sob n. 31.368, no livro 3-AG.

Tendo em vista o relevante caráter social a que se refere o Projeto, pois beneficiará toda comunidade local, não encontramos preceito constitucional violado, opinando FAVORAVELMENTE à Aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 07.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
VALDERI MENDES VILELA  
Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

AO PROJETO DE LEI N° 140/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, originário da Mensagem Governamental n. 073/88, tem por finalidade a doação de um imóvel rural ao município da Lapa, situado no lugar denominado Rozeta Quarteirão Lagoão.

Analisando a proposição referida, concluímos que - no que se refere à Comissão de Terras, Imigração e Colonização - não há nada que impeça a normal tramitação da matéria.

Portanto, da mesma forma que a Comissão de Constituição e Justiça, manifestamos-nos pela aprovação da iniciativa.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 153/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria os Distritos Administrativos de Dom Armando e Portão Ocoy, no município de Missal, com as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. Apro-



vado. (Publ. no D.A. 52/88, de 06.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 153/88

PARECER:

O Projeto de Lei n° 153/88, de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, visa a criação dos Distritos Administrativos de DOM ARMANDO e PORTÃO OCOY, no Município de Missal.

Da análise da documentação exigida pela Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986, (Lei Orgânica dos Municípios), para a criação de Distritos Administrativos, constata-se que o Projeto vem devidamente instruído, preenchendo todos os pré-requisitos legais.

Inserindo-se dentro dos parâmetros regimentais, contendo justificativa e documentação correta, não encontra impedimento a sua normal tramitação.

Nestas condições, o Parecer é favorável, opinando pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

GERNOTE KIRINUS  
Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N° 153/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o presente Projeto de Lei, visa a criação dos Distritos Administrativos de DOM ARMANDO e PORTÃO OCOY, no Município de Missal.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça no seu parecer quanto a legalidade e constitucionalidade da matéria, deu-lhe como FAVORÁVEL, já que entendeu que da análise da documentação exigida pela Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios), para criação de Distritos Administrativos consta que o Projeto vem devidamente instruído, preenchendo todos os requisitos legais.

No que tange a Competência desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, dentro dos parâmetros do Artigo 54 do Regimento Interno - vê-se a justificativa do citado Projeto, que a criação pretendida representará uma grande melhoria e progresso ao povo daqueles distritos pleiteados.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.88

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI  
Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 195/88, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE - APROMAC, com sede na cidade de Cianorte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 64/88, de 21.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 195/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE-APROMAC, com sede e foro na cidade de Cianorte.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública, das entidades postulantes.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

CAÍTO QUINTANA  
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI N° 195/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE- APROMAC, com sede e foro na cidade de Cianorte- Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação, Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88

(aa) PAULO FURIATTI  
Presidente

LUIZ CARLOS ALBOGHETTI  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 199/88, de autoria do Deputado Algaci Tú-

lio, que declara de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BÊNÇÃO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 65/88, de 22.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 199/88

PARECER:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Algaci Túlio, objetiva seja declarada de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BÊNÇÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

A matéria é regulada pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que determina quais os documentos necessários para o alcance desse desiderato. Analisado todo bojo processual, verifica-se estar de acordo com as exigências nela contidas, razão porque inexistem quaisquer impedimentos de ordem legal, constitucional ou regimental que possam proibir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Em tais circunstâncias, o parecer lhe é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR  
Projeto de Lei n° 199/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a IGREJA MISSIONÁRIA DE RECUPERAÇÃO VALE DA BÊNÇÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Encontra-se o Processado instruído com as peças exigidas pela legislação, Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURLATTI

Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Relator.

Executivo a permutar imóvel na cidade de Porecatu, com as benfeitorias nele existentes, pelo imóvel de propriedade de Odivar Pereira Donato, na mesma cidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 74/88, de 02.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 213/88

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 81/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 81/88, procura obter autorização desta Casa de Leis, para que o Estado possa realizar a permuta de imóvel do seu patrimônio com outro, ambos do Município de Porecatu.

Na Mensagem, os respectivos imóveis são devidamente descritos, com suas transcrições, áreas e localização, registrados no 2° Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Ponderam, ainda, que o processado foi submetido a diversos pareceres e avaliações, através dos órgãos competentes, cujos valores que lhes forem atribuídos, se correspondem e se equivalem.

Relatam, ainda, na mensagem, que o novo imóvel irá oferecer plenas condições para se instalar a Inspeção Regional de Ensino naquele município, atendendo-se, dessa forma, aos interesses da própria administração.

Por final, trantando-se de "mera autorização" desta Colenda Casa de Leis, não vemos quaisquer impedimentos legais, regimentais ou constitucionais que possam obstacular sua tramitação, bem como, a conseqüente aprovação.

Instada a se pronunciar a respeito, esta Comissão de Constituição e Justiça, no que tange a sua competência, se manifesta favoravelmente, opinando por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 213/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 81/88, visa autorizar o Poder Executivo a permutar imóvel na cidade de Porecatu, com as benfeitorias nele existente, pelo imóvel de propriedade de Odivar Pereira Donato, na mesma cidade.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 213/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 81/88), que autoriza o Poder

A douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto constitucional e legal da matéria opinou pelo Parecer Favorável já que o Projeto é meramente autorizatório.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o art. 53, do Regimento Interno, que lhe confere manifestar-se sobre todas as questões relativas às Obras e Viação Públicas e à concessão, a particulares ou empresas, da construção, uso e gozo das mesmas.

E sendo que neste caso em discussão há benfeitorias nos terrenos objetos da doação - o que implica obviamente no manifesto desta Comissão - conclui esta Comissão, através de seu Relator, que na presente Proposição nada existe que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à Aprovação do Projeto em tela, sendo o Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.12.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

PAULO FURLATTI

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 214/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 74/88, de 02.08.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 214/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditâmes da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1986, sob a inscrição nº 719, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de 1 ano e que está em efetivo exercício junto a Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta serviços sócio-comunitários aos moradores do Parque Tarobá.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação deste por esta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente a Aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

#### COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 214/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei nº 214/88, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro em Ponta Grossa.

A citada entidade através da documentação anexada ao Projeto de Lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o Consumidor a sua Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela Aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURLATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 215/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERARDO BRAGA, com sede e foro em Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA: nº 74/88, de 02.08.88.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 215/88

PARECER:

O Projeto de Lei nº 215/88, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERARDO BRAGA, com sede e foro na cidade de Maringá.

A referida entidade atende plenamente aos dispositivos da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para Declaração de Utilidade Pública das entidades postulantes.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 20.09.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 215/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JOSÉ GERARDO BRAGA, com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação, Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88

(aa) PAULO FURIATTI  
Presidente  
LUIZ CARLOS ALBORGHEITI  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 282/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 107/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Nova Cantu as datas de terras sob nº 07,08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da quadra 23, da Planta da Parte "A", da cidade de Nova Cantu, com área total de 3.750,00 m<sup>2</sup>, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubiratã. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 102/88, de 28.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 282/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, origina-se da Mensagem Governamental nº 107/88, e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Cantu as datas de terras sob os nºs 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra nº 23, da planta da parte "A", da Cidade de Nova Cantu, com área total de 3.750,00 m<sup>2</sup>, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubiratã.

A medida se insere entre as iniciativas que são prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme preceito emanado da Carta Magna Estadual.

Encontra-se, portanto, a matéria den-

tro das exigências constitucionais, legais e regimentais, não havendo qualquer impedimento ao seu trâmite.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, manifestando-nos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 282/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se de Mensagem Governamental nº 107/88, e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Cantu as datas de terras sob os nºs 07,08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, da Quadra nº 23, da planta da parte "A", da Cidade de Nova Cantu, com área total de 3.750,00 m<sup>2</sup>, matriculados no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Ubiratã.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar, a matéria encontra-se dentro das exigências constitucionais, legais e regimentais sem qualquer impedimento ao seu trâmite para ser apreciado por esta Casa.

Sendo assim, o nosso parecer ao referido Projeto é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI  
Presidente  
CAÍTO QUINTANA  
Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 287/88, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Maestro Alceo Bocchino. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. 104/88, de 04.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Maestro Alceo Bocchino.

Este Plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na

Lei nº 5638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente não existe qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 298/88, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE, com sede e foro na cidade de Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 111, de 25.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 298/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Nestor Baptista, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE, com sede e foro na Cidade de Antonina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela Legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental, à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 310/88, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Benedito Rodrigues Santos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 116, de 22.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 310/88

PARECER:

O Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Benedito Rodri-

gues dos Santos.

Este Plano de Lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

Sobre a mesa requerimento de n. 480, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 473, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 474, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 475, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 481, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 483, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 484, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 476, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 477, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 478, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 479, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 485, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. (A Mesa vai encaminhar a 1.ª Secretária, para ver se há verba suficiente).

Requerimento de n. 486, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Em votação.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 488, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 489, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 491, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 493, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 494, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 496, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante

do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 499, de autoria do Senhor Deputado Homero Ozuido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 495, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 497, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para terça-feira, dia 11, às 15:00 horas, para outorga de título de cidadã honorária do Paraná à Reverendíssima irmã Francisca Byblow e

Marca ainda uma sessão ordinária para quarta-feira, dia 12 de abril, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 06/89
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 116, 140, 153, 195, 199, 213, 214, 282, 287, 298 e 310/88 e 68/89.
- 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 69/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA  
FOI APROVADA A REQUÉRIMENTO DO SENHOR  
DEPUTADO NEREU CARLOS MASSIGNAN  
EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1989.

# A América dos pinheirais

"Pontualmente, eis que apresentamos um novo volume, de Renzo Maria Grosselli sobre a história da emigração trentina. É o terceiro da série a confirmar o empenho do autor e da Província Autônoma de Trento, de dar progressiva realização a um amplo projeto de estudo do fenômeno migratório da nossa terra. Não podíamos ter certeza em 1985, quando Grosselli veio pedir nosso aval com um texto datilografado às mãos, que os resultados desta colaboração se apresentariam em tempo tão rápido e com tal qualidade, amplamente reconhecida de muitas partes.

Há apenas quatro anos daqueles dias, podemos nos certificar do acerto daquela escolha. Os dois primeiros trabalhos de Grosselli, "Vincere o Morire" e "Colonic Imperiali nella Terra del Caffè" já foram incorporados entre os clássicos da emigração, em nível internacional. O primeiro volume foi traduzido no Brasil, em língua portuguesa, por iniciativa da Universidade Federal de SC e o segundo está sendo traduzido no Espírito Santo".

Desta maneira se expressou o presidente da Província Autônoma de Trento (Itália), Mário Malossini, apresentando "Dove Cresce L'Araucaria — dal Primiero a Novo Tyrol", o terceiro volume da pesquisa de Renzo Maria Grosselli, que trata da saga dos camponeses trentinos, vênéticos e lombardos nas florestas brasileiras e que enfoca, especificamente, o Paraná, do século XVII à imigração européia e à formação das colônias, primeiro no Litoral, depois nos arredores de Curitiba. Trechos desta história foram traduzidos para esta edição, mesmo porque "existe uma história do Trentino que raramente é ensinada e, na maior parte, se aprende ocasionalmente: a história da vida e da gente comum, a história da vida de muitas dezenas de milhares de pessoas que emigraram para poder sobreviver".

Editado em fevereiro de 1989, "à cura da Província Autônoma de Trento", o livro relata onde a história do Trentino, do "Primiero" (região ao Norte da Itália, que já fez parte do Império Austro-Húngaro e que também é chamada de Tirol Meridional ou Tirol Italiano), se cruza com a história das florestas brasileiras, em parte habitadas pelos imigrantes de lá, mais vênéticos e lombardos. Foi do Tirol Italiano que

saíram, em busca de melhor vida, para "fazer a América", centenas de pessoas que chegaram, no Paraná, às florestas de araucárias, tendo participado da singular formação do tecido social que hoje se observa.

Aclimação, adaptação em termos sociais e econômicos, tipos de trabalho, usos e costumes estão explicados na obra, de pesquisa minuciosa, de dados levantados durante os seis meses que Renzo Maria Grosselli utilizou para circular entre a Colônia Novo Tirol e Curitiba, em 1987. Percorreu bibliotecas e vasculhou arquivos, acervos particulares. O que não encontrou escrito, tentou esclarecer através da história oral. O resultado é excelente, lembrando aos paranaenses que a memória viva da imigração está acessível. Basta reuni-la e aprender, do conjunto das lições do passado, formas de criar um melhor futuro.

## Mai Nascimento Mendonça

A primeira fase da ocupação do território paranaense se processou durante os séculos XVII e XVIII. A busca do ouro e o sucessivo desfrute das áreas de pasto natural para a criação de gado — que era levado aos mercados das áreas de mineração — levaram à formação de esparsos centros habitados e à ocupação das áreas compreendidas entre a zona costeira e a mais oriental do planalto. Poucos milhares de pessoas, ao fim do século XVIII, habitavam esparsamente um território vastíssimo que, por seu lado, não representava mais que uma parte mínima de superfície da província.

Em 1800, o PR tinha uma população pouco superior a 20 mil. Em 1772 as duas maiores cidades, Paranaguá e Curitiba, tinham uma população, respectivamente, de 3.193 e de 1.939 habitantes ("História do Paraná"). A região representava praticamente uma mancha desabitada entre duas províncias mais desenvolvidas e, economicamente, bem mais significativas: Rio Grande do Sul e São Paulo. Mesmo a pequena província de Santa Catarina, que se limitava ao Sul com o Paraná, era mais densamente povoada e apresentava uma dinâmica sócio-econômica mais viva.

A escassez populacional no interior do Brasil surgiu como o principal problema, para o qual se esperava solução pelas autoridades nacionais, sobretudo a partir de 1808, data na qual o rei de Portugal, Dom João VI, se refugiou no Brasil, fugindo à armada napoleônica e iniciando, na prática, a história do país como nação independente. Deveriam ser preenchidos muitos vazios demográficos para estabelecer, sobre o território, uma soberania nacional segura e, em segundo lugar, para valorizar nele as enormes fontes econômicas.

Abriu-se assim, nos anos de 1800, uma segunda fase da ocupação do território paranaense que, entre mil contradições e frustrações, consistiu na distribuição de terras e dezenas de milhares de camponeses europeus. É suficiente, aqui, observar que, se a imigração européia no século passado não importou, no Paraná, na ocupação de novas áreas do território (por uma sábia política imigratória das autoridades locais, que se diferenciou notavelmente em relação àquelas adotadas em outras províncias do Império), robusteceu as comunidades costeiras e aquelas esparsas em torno da capital, Curitiba, com significativa importância, não só numérica mas também econômica, aos maiores centros urbanos, e iniciou o processo de modernização das estruturas sócio-econômicas provinciais que, depois da segunda metade do século XX, transformariam aquela terra em uma das de maior progresso entre os estados brasileiros.

O processo de colonização desenvolvido no PR nos séculos XIX e XX é talvez o mais complexo, no panorama dos vários estados brasileiros. "No decorrer de quase um século de colonização, da fundação da colônia alemã de Rio Negro, em 1829, até a fundação da colônia holandesa de Carambei, em 1911, foram fundados no PR mais de 100 núcleos coloniais e cerca de 100 mil imigrantes foram localizados sobre seu território" ("Política Imigratória do Paraná", Altiva Pilatti Balhana)). Mas não é só em termos quantitativos que o processo de colonização (e mais genericamente de imigração) desta região se pode considerar excepcional. Outra de suas características é a extrema heterogeneidade nacional dos imigrantes, permitindo falar de "mosaico étnico-cultural" ("História do Paraná").

No contingente de imigrantes no Paraná até o segundo decênio do século em curso, pelo menos oito nacionalidades estão presentes com percentuais superiores a 1%: polacos 49,2%, ucranianos 14,1%, alemães 13,3%, italianos 8,9%, russos 4,2%, franceses 2,5%, austríacos 1,5%, holandeses 1,2% ("História do Paraná"). Em menor medida se reuniram no PR também ingleses, norte-americanos, suíços, suecos, dinamarqueses, irlandeses, espanhóis, belgas. A estes se juntaram os portugueses que, mesmo em número extremamente limitado, entraram nas colônias agrícolas, e outros contingentes nacionais (como, por exemplo, o corano) que se reuniram no PR em tempos mais recentes. É visível uma particularidade ulterior do processo de colonização paranaense, comparativamente aos de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e



Êspírito Santo: aqui houve preponderância dos imigrantes eslavos e, entre estes, dos polacos. Nos outros três estados, nos quais a colonização assume, historicamente, importância relevante, estiveram majoritariamente os grupos nacionais italianos e alemães, enquanto o polaco, embora presente em todas as experiências, formou-se minoritariamente.

Para evitar equívocos, vale dizer que os percentuais citados acima se referem apenas ao fluxo migratório direto do estrangeiro e não consideram a imigração maciça que o PR conheceu neste nosso século, dos estados de RS, SC e SP. Especialmente dos primeiros, partiram consistentes grupos de camponeses em grande parte ítalo-brasileiros e teuto-brasileiros, descendentes de imigrantes italianos e alemães do século passado (M. Fukushima, "Algumas características das migrações internas do Paraná 1900/1984").

Mas, no panorama da colonização brasileira, não terminam aqui as especificidades do experimento paranaense. Há pelo menos dois outros fenômenos que diferenciaram a história das colônias européias, no PR, daquelas de outras províncias, especialmente no último trintênio do século XIX. Em primeiro lugar, no período imperial não foi preponderante a presença de colônias diretamente dependentes do governo central, mas o processo de colonização se realizou através da constituição de um grande número de colônias provinciais e municipais. Assim, muitos camponeses se localizaram espontaneamente próximos dos centros urbanos (sobretudo Curitiba), onde compararam seus lotes de terra, não usufruindo das vantagens da legislação colonial ou a usufruindo em mínima parte. Da experiência deste tipo se concretizou uma posterior particularidade: parte significativa dos imigrantes europeus e, entre estes, os italianos e os trentinos, não foi levada a ocupar áreas isoladas mas foi colocada em pequenos e pequeníssimos núcleos coloniais criados nas vizinhanças dos principais centros urbanos. Em razão disso, a colonização do primeiro lado do planalto foi marcada por um menor número de páginas trágicas, relativamente à colonização em outras áreas brasileiras, mas não faltaram, no PR experiências dramáticas. Entre as mais tristes se contam, certamente, a colonização italiana das áreas costeiras e aquela dos russo-alemães das áreas dos Campos Gerais e dos territórios a Oeste de Curitiba.

#### As primeiras colônias na periferia de Curitiba

De 1825 a 1872 estavam estabelecidos em Curitiba e seu entorno 1.450 europeus. Os contingentes maiores, porém, foram de 1870, com 173 imigrantes, e em 1871, com 360. Na maioria eram imigrantes dos vários estados alemães (1.000), seguidos de poucas de-

nas de austríacos (entre os quais 39 tirolezes, mas de língua italiana), suíços e franceses. Entre os demais se contavam também 78 polacos, chegados, segundo Ruy Christovam Wachowicz, em 1871. Constituíram a vanguarda do maior contingente nacional dos imigrantes provindos diretamente da Europa: em 1920, mais de 80 mil polacos estavam no PR (R. C. Wachowicz: "O camponês polonês no Brasil"). A entrada de 1870 existiam, na província, quatro colônias financiadas pelo governo central: Assunguy, Thereza, Superaguy e, em 1869, a Colônia Argelina, a três quilômetros da capital e inicialmente povoada por franceses provenientes da Argélia. Como em outras províncias do Brasil, a colonização francesa não estava dando bons frutos. Dos 108 colonos vindos da Argélia, em 1881 não restavam, na colônia, mais que sete. (Relato do presidente J. J. Pedrosa). As autoridades avaliaram os investimentos feitos como "puro prejuízo" (relatório do presidente E. de Leão), considerado o experimento uma "tentativa infeliz", enquanto os franco-argelinos eram considerados "estranhos à agricultura e dedicados a uma vida ociosa" (Relatório do presidente A. Lamenha Lins). Os juízos das autoridades brasileiras da época, sobre vários grupos nacionais que constituíam a linha dos imigrantes, nem sempre se mostraram ponderados. Não consideravam a especificidade cultural de cada etnia, as particulares condições nas quais cada contingente nacional havia tomado o caminho da imigração e, sobretudo, não eram alheios ao prejuízo. Menos que nas outras províncias do Império, se observa porém, mesmo no Paraná, aquela simpatia crítica e generalizada pela colonização alemã e tal levava a medir, em tempos curtos, os resultados das colonizações de grupos singulares europeus com aquela dos migrantes alemães. Uma justificativa parcial dos franco-argelinos foi fornecida pelo próprio Lamenha Lins, afirmando que o terreno que foi distribuído aos colonos era "íngrato e limitadíssimo".

Em 1870 estava já constituída uma colônia municipal na periferia de Curitiba, denominada Pilarzinho. Ocuparam-se, inicialmente, 200 alemães que não tinham querido se estabelecer na Dona Francisca, em SC, e que foram imediatamente classificados, pelas autoridades, como "excelentes colonos" (Relatório do presidente E. de Leão). Em 1871 veio à luz a colônia provincial de São Venâncio, a cerca de 12 quilômetros de Curitiba, também esta inicialmente ocupada por imigrantes tedescos. (relatório do presidente O. Lisboa).

As colônias municipais e provinciais não eram, na verdade, reais e próprios estabelecimentos coloniais, segundo o espírito do decreto governamental nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867 (o decreto fornecia as indicações necessárias para a criação de colônias

dependentes do governo central e esta belecia direitos e deveres dos colonos. Sua validade foi suspensa em 21/01/1879). A comuna ou a província geralmente comprava, da iniciativa privada, áreas de terra que dividiam em lotes e consignavam aos colonos, frequentemente desprovidas de casas provisórias e de caminhos. Estes estabelecimentos não tinham uma direção própria e eram emancipados, isto é, abandonados ao esforço único dos camponeses, pouco tempo depois de sua criação. No PR, gozavam com frequência da vantagem de se localizarem próximos à Capital. Os lotes que eram distribuídos tinham dimensões menores que as daqueles que os imigrantes recebiam nas colônias do Estado.

#### A colônia Alexandra: o purgatório

Savino Tripoti era originário de Téramo, no Abruzzo (Altiva Pilatti Balhana). Refugiou-se na América para fugir à justiça italiana, que o procurava sob a acusação de ter subtraído, em 1864, 46.000 liras do erário estatal, na qualidade de arrecadador geral da loteria na província de Nápoles — acusação da qual, em seguida, foi absolvido pela Corte de Assis (A. Trento: "La dov'è la raccolta del caffè. L'emigrazione italiana in Brasile 1875—1940"). Reparado na Argentina, antes de 1870 desenvolveu experiências diretas no campo da colonização, recuperando o cargo de diretor na Colônia Emilia (província de Santa Fé) e na Colônia Ausonia (província do Chaco). Avizinhando-se, em 1870, de um representante do governo brasileiro, decidiu agir, sempre no campo da colonização, naquele país. Foi apresentado ao ministro da Agricultura em março de 1871 (S. Tripoti: "Memorial de Savino Tripoti, proprietário da Colônia Alessandra do Paraná à sua Excelência o Sr. Conselheiro Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas"). Em 7 de junho do mesmo ano, o empresário tinha já firmado um contrato com o governo brasileiro, que previa a entrada, no território brasileiro, de 500 famílias, ou 2.500 indivíduos, ao longo de seis anos. As famílias deveriam ser originárias da Itália do Norte, ou "da Biscaglia" ("Dezenove de Dezembro" e outras fontes). Alguns meses depois o empreendedor estava empenhado em transportar pelo menos 200 daquelas famílias nos territórios dos municípios de Paranaguá e Morretes, na costa paranaense. Também a administração provincial havia reunido uma contribuição em dinheiro para os prêmios previstos no contrato governativo. (Dezenove de Dezembro e S. Tripoti).

Em 10 de fevereiro de 1872, a Colônia Alexandra foi fundada a 14 quilômetros, de Paranaguá, no Litoral (S. Tripoti). Segundo Tripoti, aquela zona reunia todas as condições consideradas indispensáveis para um bom resultado daquela empresa: boa qualidade do terreno, facilidade de comunicações, vizinhança dos mercados de consumo e de



um porto. Mas as coisas não estavam exatamente deste modo. A província, que estava comprometida com o empresário a construir uma estrada que ligasse a colônia ao porto, não o fez (S. Tripoti e relatório do presidente O. Lisboa). Também quanto à qualidade das terras, havia muito a dizer. Eis as palavras do presidente da província, Araújo Abranches, a propósito: "Querendo conciliar, com o local escolhido como sede da colônia, a vantagem de um bom porto de embarque, o empresário criou os fundamentos do núcleo em um terreno já utilizado pelos proprietários anteriores e, por sua natureza tão distantes do centro administrativo que devem considerar-se indesejáveis". (Relatório do presidente F.J.C. de Araújo Abranches).

Certamente, Savino Tripoti foi um empreendedor prejudicado, embora pouco correto. Jogou, sem sombra de dúvida, com a pele de milhares de seus co-nacionais, sem se importar o suficiente com seus problemas, seu sofrimento. Mas aqueles eram tempos em que os camponeses nem sempre eram considerados, plenamente, seres humanos, para cá e para lá do oceano. Ao fim de agosto de 1877 havia ainda grupos de colonos da ex-Colônia Alexandra que vagavam pelas ruas da cidade de Paranaguá. Em seguida, as terras da colônia foram adjudicadas ao Ministério das Finanças para cobrir os débitos que Tripoti contraíra com a entidade. Algumas dezenas de famílias permaneceram na colônia que, na segunda metade dos anos 80, foi descrita em condições prósperas (relatório do presidente J. d'Almeida Faria sobrinho). Mas o que verdadeiramente importava a seu fundador, mesmo no momento do desastre, era ter tido fé, mesmo se de um modo muito doloroso, em seu empenho. O seu memorial, escrito em maio de 1877, o confirma: "O número de colonos pelos quais me comprometi foram introduzidos, e antes do tempo previsto no contrato."

#### A Colônia Nova Itália: o Inferno

Já no início dos anos 70, os experimentos de colonização nos arredores da capital tinham fornecido resultados satisfatórios. Outras colônias foram abertas na área: Abranches, em 1873; Santa Cândida e Orleans, em 1875; Santo Inácio, Lamenha, Dom Augusto e Dom Pedro, em 1876. Eram povoadas na parte máxima por polacos. No início de 1877 contavam-se em Curitiba e entorno cerca de 6.000 estrangeiros, na maioria alemães e polacos. "Estão fazendo prosperar de modo espantoso este município" (relatório do presidente A. Lamenha Lins). A classe política paranaense havia decidido instaurar um sistema próprio de colonização, diverso daquele em curso ao nível nacional. Qualificava-o o presidente Abranches, em 1875: "Tanto vale não ter colônias quanto tê-las em pontos distantes, onde não chega o rumor da vida externa e onde o homem, segregado, tanto mais sente na alma o desânimo quanto maior

e o relato que lhe fazem." (Relatório do presidente F. J. C. de Araújo Abranches). Mas o maior teórico da colonização gerida da província, nas pequenas colônias situadas vizinho à capital, baratas e emancipadas pouco tempo depois da criação, foi Adolfo Lamenha Lins. O princípio deste seu modo de ver as coisas ele expôs em seu relatório à Assembleia Legislativa de 1876. Segundo a presidência, ao contrário do que estava ocorrendo ao nível nacional era necessário "dizer a verdade ao emigrante sobre a nova pátria que vinha procurar, facilitar-lhe o transporte, dividir bons lotes nas vizinhanças dos centros populosos. (...) Os núcleos coloniais na periferia das cidades apresentam grandes vantagens sobre a colonização subvencionada pelo Estado" (relatório do presidente A. Lamenha Lins).

Em abril eram cerca de 4.000 os colonos da Nova Itália e 190 os lotes ocupados (relatório do presidente R. O. de Oliveira Menezes). Sendo uma família média composta de pouco mais de quatro pessoas, só de 700 a 800 camponeses tinham uma casa provisória; os outros ficavam em barracões. Pequenos grupos entravam na Nova Itália: uns 50 em janeiro, uns 40 em abril. Pelo fim de fevereiro, a presidência havia advertido o Ministério de que as condições sanitárias não eram boas: "Situada em uma localidade de pouco salitre, circundada por terrenos baixos e pantanosos, sujeitos a inundações do Rio Nhundiaquara, constantemente lá aparecem e se desenvolvem com intensidade — como está ocorrendo atualmente — febres tifóides, malárias e outras doenças de caráter grave" (vários documentos, 1878). Nos primeiros dias de março começaram a atracar em Paranaguá navios provenientes do Rio, trazendo a bordo alguns acometidos de febre amarela. Pelo dia 20, Antonina estava golpeada pela cólera morbus. Tentou-se isolar Morretes para evitar o contágio, fácil, de milhares de italianos acomodados nos barracões. Em 2 de abril se teve a primeira notícia da morte de um italiano, em Morretes, e também Paranaguá era golpeada pela epidemia (documentos de 1878).

Não obstante os desastres, as autoridades do Rio continuavam por seus caminhos e, à colônia, veio a faltar o financiamento necessário. Sempre em março, um grupo de colonos forçou a entrada de um negócios e o descontentamento se espalhou pela colônia inteira, pela falta de pagamento devido pelo serviço prestado (vários documentos, 1878). Cada vez mais gente apelava aos consules italiano e austriaco, para ser repatriada. Mas estes recusavam ajuda. Milhares de emigrantes se encontravam nas colônias brasileiras e, naqueles tempos, a maior parte deles gostaria de ter retornado. Em junho, foram frequentes as visitas do presidente à colônia e assim se deu nos meses sucessivos (Jornal De-

zanove de Dezembro). Ficou decidido, finalmente, transportar parte dos habitantes da Nova Itália serra acima, vizinho a Curitiba. Ou, pelo menos, decidiu-se não levá-los mais para dentro, visto que algumas fontes falam de um êxodo espontâneo (P. Colbachini). Entre aqueles que deixaram o inferno da Nova Itália, a quase totalidade era do Primeiro (área ao Norte da Itália, superior a 410 quilômetros quadrados, um tempo tendo feito parte do Império Austro-Húngaro e também chamada de Tirol Meridional ou Tirol Italiano).

Em 22 de fevereiro de 1878, assumiu a Presidência da Província R.O. de Oliveira Menezes. Segundo suas próprias palavras, encontrou o serviço de colonização em condições desastrosas. Barracões lotados, colonos desesperados, práticas administrativas irregulares. Depois de algumas visitas à Colônia Nova Itália, provavelmente sob fortes pressões dos colonos, o presidente decidiu transportar parte dos italianos para uma colônia nascida nos primeiros meses do ano, no município de São José dos Pinhais (Colônia Muricy), e habitada inicialmente por polacos (no mesmo município, naqueles meses, nascia a colônia polaca Zacarias). Outras colônias foram criadas no mesmo ano e hospedaram pequenos grupos de italianos da Nova Itália: Antônio Rebouças, no município de Campo Largo; e Inspetor Carvalho, no município de São José dos Pinhais. Enfim, duas novas colônias surgiram especialmente para acolher grupos de italianos anteriormente estabelecidos no Litoral: Alfredo Chaves, em Curitiba; e Novo Tirol de Santa Maria da Boca da Serra, em São José dos Pinhais. Os novos núcleos ficavam no planalto, medianamente a 900 ou mais metros acima do nível do mar, onde o clima era temperado e adaptado à colonização européia. Grupos de colonos se retiraram, ao fim, por própria conta da Nova Itália e se dirigiram para Curitiba e arredores. Muitos, espontaneamente ou sob solicitação do governo, encontraram hospitalidade nas estruturas públicas geridas em Curitiba, pelo Ministério da Agricultura.

#### A Colônia Novo Tirol de Santa Maria da Boca da Serra

Não existe uma ampla documentação que possa lançar luzes completas sobre a história do núcleo colonial no qual se veio reunir a maior parte dos italianos do Primeiro, no PR, aproximadamente entre 1876 e a metade dos anos 80. Há razões de duas ordens para isto: primeiro, o núcleo ficou sujeito à legislação colonial só por cerca de oito meses, emancipando-se subitamente; segundo, não dispôs de uma estrutura diretiva própria, típica das colônias governativas.

Os documentos oficiais apresentam ambiguidades em relação à data de nascimento da Colônia Novo Tirol, cujo nome completo era Novo Tirol de Santa Maria da Boca da Serra (docu-

mento de 1881) — hoje conhecida simplesmente como Santa Maria. Alguns documentos oficiais falam de agosto de 1878 (Relatórios do presidente R.O. de Oliveira Menezes e do ministro da Agricultura J. Lins Vieira Cansansão de Sinimbu), outros de setembro (Relatório do presidente M.P. de Souza Dantas Filho e do presidente J.J. Pedrosa). Estamos propensos a colocar a data de fundação da colônia, ao contrário, em 1º de julho de 1878, conforme publicação em **O Dezenove de Dezembro**. Segundo um documento recuperado em arquivo (Arquivo Público do Paraná), de fato em 27 de julho a colônia já existia. É provável que em agosto/setembro os primeiros colonos já estivessem estabelecidos naquele território. Sua maior parte não ficou em Curitiba, evitando uma incômoda permanência no Albergue dos Imigrantes (Arquivo Público do Paraná). Segundo as informações oficiais, a localidade estava situada no município de São José dos Pinhais, a 26 quilômetros da sua sede e a mais de 45 quilômetros da cidade de Curitiba (Relatório do presidente M.P. de Souza Dantas Filho e **O Dezenove de Dezembro**).

A floresta do planalto não era tropical, mas constituída principalmente de araucárias (*Araucaria angustifolia*), uma conífera que é um dos símbolos do Paraná. Um ambiente fisicamente menos difícil. Mas a vantagem mais importante, que facilitou a vida dos colonos estabelecidos no planalto, estava no clima "mesotérmico, úmido e superúmido, sem estação seca, com invernos frescos e com média, nos meses mais quentes, inferior a 22 graus centígrados" (Embrapa-lapar).

Como para o nascimento, também para a morte da colônia as fontes são discordantes quanto a data. Alguns afirmaram que oficialmente Nova Tirol foi emancipada em 12 de fevereiro, outros em 15 de fevereiro (relatórios dos presidentes da Província). É provável que em um certo setor da colônia alguns trabalhos, financiados por entidades públicas, tenham continuado ainda por algum tempo. Disto são provas dois documentos. Ao fim de 1881 Santo Guadagnin solicitou seu estabelecimento "no novo núcleo vizinho a Novo Tirol" (Arquivo Público do Paraná). O relatório Presidencial de 1882, por seu lado, afirmava que um decreto de 22 de junho daquele ano tinha estabelecido a emancipação de "todos os núcleos da Colônia Novo Tirol" (Relatório do presidente S. de Barros Pimentel). Mas a maior parte dos vênets e primierotos que se haviam estabelecido na colônia em 1878 permaneceram sós já no início do ano seguinte. Tinham uma barraca na qual viver, o pouquíssimo que haviam trazido da Itália e escassos equipamentos agrícolas que o Estado lhes havia concedido. Dada a falta de uma exploração agrícola, o espectro da fome e da miséria se lhes estava apresentando novamente. Trataram de se organizar para

combatê-lo. Uma comissão de colonos foi expedida a Curitiba, para apelar ao presidente. Não tendo obtido respostas satisfatórias, alguns decidiram marchar sobre a capital (Arquivo Público do Paraná). Quem os organizava, quase certamente era Giovanni Battista Marconi, que em Novo Tirol, por anos, ocupava o cargo de professor e que, naquele período, foi certamente um líder da comunidade. Mas a marcha sobre Curitiba não teve lugar: "prevaleceram os conselhos de alguns colonos bem dispostos e foram expedidas petições" (Arquivo Público do Paraná). Quem escrevia as petições era sempre Marconi, simpática figura. Com pouco mais de 50 anos ao fim dos anos 70, era natural de San Nazario (Vicenza) e tinha desenvolvido a atividade de professor em Sandrigo. Provavelmente viúvo, tinha partido, na volta do Paraná, com seis filhos de sete a 15 anos. (Arquivo Público do Paraná). Em 5 de janeiro de 1878 se reunira na Nova Itália a seus conacionais e, um ano depois, a havia abandonado, com outros, estabelecendo-se por fim na Nova Tirol. (Arquivo Público do Paraná). De espírito criativo, já na metade de 1879 havia apresentado às autoridades um novo "método fônico" para ensinar o português. (Arquivo Público do Paraná). Nomeado mestre da colônia em março de 1879, ali dirigiu sua escola até 1888. Em 21 de abril daquele ano se candidatou às eleições, pelo partido liberal. Certamente as perdeu e talvez por isso o emprego. (Arquivo Público do Paraná). Manteve-o, mas pouco depois teve que se submeter à oposição de Pietro Colbachini, que definia "feroz Jesuíta" (Arquivo Público do Paraná). Estes conseguiram afastar de Marconi parte da população.

Outro personagem, mais ambíguo, que nos primeiros anos revestiu uma fundação dirigente no âmbito da pequena comunidade de Novo Tirol, foi Ernesto Guaita, o agrimensor acusado de agitar os colonos ao tempo da Nova Itália e de ter obtido lucros pouco lícitos na conclusão de suas funções. Em 1878 pediu 100 hectares de terra em uma colônia italiana vizinha à capital, comprometendo-se a fazer experiências agrícolas e a ajudar os colonos a iniciar a produção de seda e de vinho. Obteve-as na Nova Tirol (Arquivo Público do Paraná). Definia-se "engenheiro militar". Na colônia abriu um negócio, pediu licença para abrir uma pequena olaria (Arquivo Público do Paraná). Era um homem empreendedor. Em 1884 o encontramos em Curitiba, onde, alguns anos depois, foi nomeado Agente Consular Italiano da cidade (Arquivo Público do Paraná). Certamente, foi relevante a contribuição que os dois homens forneceram à nascente comunidade de Novo Tirol.

#### A Ferrovia

Foi sobretudo o desenvolvimento das ferrovias que garantiu, aos trentinos e vênets da Novo Tirol, as entradas monetárias que a terra não podia

garantir. E isto ocorreu de três formas. De um lado os trabalhos ferroviários se estenderam por decênios, fornecendo trabalho e salário àquela gente. Em segundo lugar, a vizinhança da estação ferroviária de Piraquara garantiu, por meio século, a possibilidade de venda de madeira para lenha e para os dormentes. Por fim, o advento da era ferroviária abriu o mercado de madeira ao qual, com particular intensidade, se dedicaram os habitantes da colônia. São de 1870 os primeiros projetos ferroviários no Paraná (E. Trevisan: "Ao apito do trem. Antecedentes e construção da ferrovia de Paranaguá a Curitiba"). A primeira linha ferroviária deveria ligar o litoral à capital, superando os complexos problemas de comunicação entre as duas áreas. Só em 1875 as autoridades acertaram uma primeira autorização que, alguns anos mais tarde, passaram à Société Anonyme de Travaux Dyle et Bacalan, com sede em Louvain (Bélgica), uma associada à Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens, com sede em Paris (França). Os primeiros técnicos, de várias nacionalidades, se reuniram no Paraná em fevereiro de 1880. Vários eram italianos e, entre estes, o já citado Ernesto Guaita. À frente de todos estava o italiano Antonio Ferrucci. Em 1882 estes abandonaram o empreendimento e foram substituídos por João Teixeira Soares. Em 18 de maio de 1880 esteve no Paraná o Imperador Pedro II, para a abertura dos trabalhos que se iniciaram, com efeito, nos meses seguintes. ("Paranaguá-Curitiba. Oitenta anos de ligação ferroviária").

Na construção da linha ferroviária se seguiram os critérios da Compagnie Générale, que previam empreitadas de pequenos trechos, a quem se mostrasse em condições de concluir a construção. Frequentemente, quem recebia o encargo subempreitava, à sua volta, o trabalho. Em uma lista de 1881, é possível notar que havia poucos empreiteiros de origem italiana. Tratavam-se, na maioria, de portugueses ou de brasileiros de origem portuguesa. (E. Trevisan). Em tempos sucessivos, porém, também alguns trentinos e vênets da Novo Tirol receberam em empreitada a construção de certos trechos da ferrovia. Consta que Giovanni Bettega, Michele Fontana e Giovanni Gubert tiveram esquadras de trabalhadores em empreitada. Isto, pelo menos, ficou nas recordações de filhos e netos. Mas poderia tratar-se de linhas ferroviárias realizadas em anos sucessivos, visto que, por exemplo, aos tempos da construção da linha Paranaguá-Curitiba, Giovanni Bettega era muito jovem, tendo chegado ao Paraná em 1877, com 13 anos (história oral, com Maria "Maricota" Bettega e com Battista José Stocco).

Os trabalhadores braçais foram recrutados, na maioria, entre imigrantes europeus: italianos, polacos, alemães. Recebiam de 25000 a 35000 (o salário dos menores era 15500). "Chegavam a

ponto de abandonar terra, família e tudo o resto, causando um triste espetáculo nas colônias do litoral, esvaziadas pelas atrações do novo mercado de trabalho" ("Paranaguá-Curitiba..."). Mas esta última observação correspondia só em parte à realidade. Nas colônias permaneciam mulheres, velhos e muitos menores que, juntos, se ocupavam do cultivo dos campos.

Dos testemunhos orais que recolhemos, praticamente todos os homens válidos da Novo Tirol trabalharam na construção daquela linha ferroviária e muitíssimos continuaram a encontrar trabalho na realização de outras linhas ferroviárias no Paraná e no vizinho Estado de Santa Catarina. Conforme as lembranças de Giovanni Battista "Nino" Fontana, foi o trentino Achille Stenghel que facilitou sempre a assunção dos concidadãos, considerados ótimos trabalhadores e em muitos casos já expertos em trabalhos ferroviários. Achille era filho de Pietro Antonio Stenghel que, já no registro civil da população de 1850, estava presente entre os cidadãos de Trento. Era um agrimensor, incluído entre os "peritos judiciais de estabelecimento", autor das "Nozioni sui modi di usufruire le molteplici ricchezze (ora negligentate) che possiede il Trentino colle forze unite, e fratellanza dei comuni che lo compongono per renderlo fiorente e prospero". (Noções sobre o modo de usufruir as múltiplas riquezas (ora negligenciadas) que possui o Trentino com as forças unidas, e a fraternidade das comunidades que o compõem, para torná-lo florescente e próspero).

Tradução de **Mai Nascimento Mendonça**, jornalista, diretora de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Curitiba.

## OS EMIGRANTES E SUAS ORIGENS

Na Itália e no Brasil, faltam listas completas e confiáveis da partida e da chegada dos emigrantes. Muitas colônias viveram anos de caos em termos de organização, com reflexos sobre a documentação a elas relativa. A isto somam-se problemas devidos à grafia errada e alterada com que, no Brasil, eram traduzidos nomes de origem italiana. Embora este trabalho de

levantamento seja um tanto ingrato, se reveste de específica importância. Retorna, com mais precisão, milhares de brasileiros às suas raízes.

Seguem-se três listas. A primeira retoma a Colônia Novo Tirol e pode ser considerada completa, dadas as pequenas dimensões do estabelecimento e a ausência dos maciços fenômenos de distanciamento dos colonos, até bem depois do final do século passado. Neste caso, estão também indicados os nomes de famílias de origem vêneta.

A segunda lista se refere só aos trentinos que entraram na Colônia Assunguy. Só um pequeno grupo permaneceu, enquanto a maioria se distanciou bem logo.

A terceira lista se refere aos colonos cuja origem trentina é certa e que entraram no Paraná antes do fim do século passado. Na maioria, trata-se de famílias que se estabeleceram no entorno de Curitiba. Mas junto estão nomes que entraram na Colônia Nova Itália e que bem logo a abandonaram para se estabelecer em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, ou para retornar à Itália. Diferentemente das duas primeiras listas, esta última cobre só uma mínima parte dos imigrantes trentinos chegados ao Paraná (excluindo os das colônias Novo Tirol e Assunguy) durante os últimos 25 anos do século passado.

A maior parte das informações contidas nas listas teve como fontes o Arquivo Público do Paraná (Curitiba), os registros paroquiais de Santa Felicidade, São José dos Pinhais e Piraquara e a documentação italiana de dezenas de arquivos trentinos. Em nome da concisão, está indicado só nome do chefe de família de cada grupo familiar. Nas fontes brasileiras, a origem é aquela de um ou mais filhos do chefe de família que, as vezes, é possível, não coincide com o dos pais.

### Colônia Novo Tyrol

Alberti Giacomo	Mezzano
Alberti Giovanni (figlio)	Mezzano
Andolfatto Sebastiano	prov Vi
Bernardin Antonio	(Primeiro)
Bernardin Domenica	(Primeiro)
Bernardin Pietro (di Antonio)	(Primeiro)
Bernardin Pietro	(Primeiro)

Berotto Angelo	prob Veneto
Bettiga Domenico	Imér
Broch Angelo	Transacqua
Brunet Giacomo	(Primeiro)
Brustolin Angelo	prob prov Bologna
Brustolin Giacomo	prov Bologna
Brustolin Giovanni	prov Bologna
Carraro Davide	prov Treviso
Carraro Eugenio	prob prov Treviso
Casagrande G. B.	prob Veneto
Casavotto Luigi	prov Veneto
Cemin Francesco	Siror
Cemin G. B.	Siror
Cemin Giacomo	Siror
Ceronato Gaetano	prob Veneto
Corona Giacomo	(Primeiro)
Daldin Girolamo	prob Veneto
Daldin Pietro	prov Veneto
Dalprà Domenico	?
Dalotto Giuseppe	prob Veneto
Deff Antonio Bernardino	(Primeiro)
Depaoli Fortunato	Tonadico
Depaoli Giacomo	Tonadico
Depaoli Pietro	prob Tonadico
Depaoli Vincenzo	prob Tonadico
Doff Sotta Gaspare	Imér
Doff Sotta Giovanni Maria	Imér
Fabiani Matteo	prob Veneto
Faoro G. B.	Transacqua
Faroro Sebastiano	prob Transacqua
Foggiali Fioravante	prob Trevis
Foggiali Francesco	prov Trevis
Foggiali Giacomo	prov Trevis
Foggiali Giuseppe	prov Trevis
Fontana Domenico	?
Fontana Michele	Tonad
Gadenz Giovanni	?
Gao Domenico	?
Gao Domenico	?
Gao Gaspare	?
Gao Santo	prot. ?
Gao Sebastiano	?
Galli Angelo	Toscana
Garboglio Santo	prob Veneto
Giacometti Matteo	?
Groff G. B.	?
Guadagnin Santo	(Primeiro)
Guaita Eugenio Ernesto	(Primeiro)
Guaitarel Cecilia	?
Gubert Filippo (di Giovanni)	?
Gubert Giovanni	?
Gubert Rocco (di Giovanni)	?
Guglielmin Giovanni	prov Trevis
Guglielmin Giuseppe	prov Trevis
Guglielmin Luigi	prov Trevis
Jagher Antonio	(Primeiro) TN
Jagher Giovanni Maria	(Primeiro) TN
Kinsperghier Domenico	(Primeiro) TN
Leonardi Carlo	(Primeiro) TN
Leonardi Gioacchino	(Primeiro) TN
Lucian Giovanni	(Primeiro) TN
Lucian Giacomo	(Primeiro) TN
Marconi G. B.	Prov Vicenza
Marin Antonio	Mezzano
Marin Giuseppe	prob Mezzano
Menegazza Margherita	prov Treviso
Meneghel Vigilio	Imér
Molinar Antonio	prov Vicenza
Molinar Giorgio	prov Vicenza
Mondo Antonio	?
Nicolao Matteo	Imér
Orier Pietro	Mezzano
Pavan Antonio	?
Perussello Giovanni	prov Treviso
Pissaglia Fortunato	prov Treviso
Pissaglia Paolo	prov Treviso
Precoma Natale	?
Prosdocimo Giacomo	prov Treviso
Romagna Daniele	(Primeiro)
Rossettin Giuseppe	prob prov Vicenza
Scarante Luigi	prov Padova
Sender Paolo	(Primeiro)
Squario Marco	prov Trevis
Squario Rinaldo	prov Treviso
Simon Antonio	Transacqua
Simon Giovanni	Transacqua
Simon Pietro	prob Transacqua
Simon Sebastiano	Transacqua
Sperandio Arcangelo	(Primeiro)
Stocco Domenico	prob Treviso
Stocco Luigi	prov Treviso
Svaizer Orsola	(Primeiro) TN
Tauffer Candido	Imér
Tisot Giovanni	Transacqua
Tisot Romina (to Romana)	?
ved. Francesco	prob Transacqua
Tolpiti Domenico	?
Tomas Domenico	Imér
Tomas Giovanni	Imér
Tomas Luigi	Imér
Tomas Maria	?
Turra Angelo	prob Tonadico
Turra Bortolo	prob Tonadico
Turra Giovanni	Tonadico
Vettoreti Giacomo	(Primeiro)
Zagonet Carlo	(Primeiro)
Zagonet Massimino	(Primeiro)
Zanona Antonio	Siror
Zeni Angelo (di Giacomo)	prob Tonadico

Zeni Francesco	prob. Tonadico	Franceschini Eugenio	prob. Vigolo Baseiga	Andreini Michele	Trento
Zeni Giacomo	prob. Tonadico	Franceschini Leonardo	Vigolo Baseiga	Battega Alessio	Imer
Zeni Luigi	prob. Tonadico	Franceschini Valentino	prob. Vigolo Baseiga	Battega Francesco	Imer
Zeni Luigi	prob. Tonadico	Furlan Antonio	Novaledo	Bianco Pietro	Transacqua
Zeni Sebastiano	prob. Tonadico	Furlan Giuseppe	Torcegno	Caumo Fortunato	Borgo Valsugana
Ziglio (o Zilio) Domenico (di Quirino)	Siror	Giacchetti Carlo	?	Cemin Domenico	prob. Siror
Ziglio (o Zilio) Quirino	Siror	Giacchetti Giovanni	?	Cemin Giacomo	prob. Siror
Zorlea G. B.	Prade	Giacomelli Giacomo (padre)	Vattaro	Collesi Baldassare	Imer
Zugliani Giovanni	Mezzano	Giacomelli Giacomo (figlio)	Vattaro	Collesi Catina (o Caterina)	Imer
Colonia Assunguy		Giacomelli Giacomo II	prob. Vattaro	Coraggiola (o Coraciola) Domenico	Povo
Andreatta Giacomo	Calceranica	Giacomelli Giacomo III	prob. Vattaro	Dallatorre Emilio	Roncegno
Andreatta Giacchino	Costasavina	Giacomelli Giuseppe	prob. Vattaro	Dalmaso Edoardo	(Tirol)
Bassetti Angelino	prob. Lasino	Leonardi Giacomo	?	Dalpra Domenico	Ronchi
Bassetti Giovanni	Lasino	Lucchetta Giovanni	?	Dalpra Prospero	Novaledo
Bassetti Leopoldo (di Giovanni)	Lasino	Lucchetta Valentino	?	Daltrozzi Giacomo	Ronchi
Battisti Francesco	?	Monegaglia Giovanni	Calliano	Demonte Pietro	Ronchi
Benedetti Giacomo	Roncegno	Motter Giovanni	Zivignago	Fruet Antonio	(Austria)
Bernardin Giovanni	prob. Primiero	Negri Paolo	?	Gasparazzi Giuseppe	(Tirol)
Berteotti (o Bertotti) Giacomo	prob. Cavedine	Nicolao Giuseppe	prob. Imer	Giovanazzi Francesco	Trento
Berteotti Giuseppe	Cavedine	Paoli Giovanni	?	Libardo Antonio	Roncegno
Bertolo Andrea	?	Paris Francisco	?	Longo Stefano	Siror
Boscheri Isodoro	?	Paris Giuseppe	?	Lorenzi Luigi	Austria
Cappelletti G. B.	Novaledo	Pincigher Antonio	prob. Vignola	Mott G. B.	Transacqua
Carlini Anna Carolina	prob. Roncegno	Rosa Alessandro	?	Moz Angelo	Transacqua
Carlini Caterina	Roncegno	Ricci Giuseppe	?	Raselle Giovanni	(Austria)
Ciola Battista	Roncegno	Ricci Bortolo	Levico	Raster (o Roster) Giacomo	Imer
Ciola Luigi	prob. Roncegno	Siomp Giovanni	Levico	R. Barn Ercole	(Austria)
Cortelletti Giovanni	?	Spagnoli Antonio	?	Romagna Antonio	Prade
Cortelletti Giuseppe	?	Stagnaro Vincenzo	?	Rover Costante	Roncegno
Cropla Pietro Fermo	?	Todeschi Venceslao	?	Scheria (o Schiena) Fernando	(Primiero)
Ducati Oreste	Vattaro	Toni (ti) Leopoldo	?	Scolto Giuseppe	(Austria)
Depelns Andrea	?	Tosotto Ferdinando	Samone	Simon Pietro	Transacqua
Enem Vincenzo	?	Valentini Anselmo	?	Simon (ti) Ernesto	Transacqua
Facchini Antonio	Vattaro	Valle Angelo	?	Stenghel Achille	Trento
Fedele Andrea	Teive	Zottele Fortunato	Roncegno	Stotella Giacomo	(Tirol)
Ferrari Luiz	?	Zottele Giuseppe	prob. Roncegno	Tambosi Luiz	Besenigo
Ferrari Pietro	?	Zottele Pietro	Roncegno	Tavernaro Francesca	Transacqua
Fontana Giacchino	Vattaro			Tomas G. B.	(Primiero)
Fontanan Giuseppe	Costasavina			Tomimjas Francesco	Meano
Franceschini Domenico	prob. Vigolo Baseiga			Tomimjas Giovanni	Nave S. Rocco
		Altre destinazioni in Paraná		Tonetti Francesco	Mezzotedesco
		Alessandrini Francesco	Pergine		
		Alessandrini G. B.	Ischia		